

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.265 - PE (2019/0194331-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVANTE** : COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.  
**ADVOGADOS** : ANA FLÁVIA CHRISTOFOLETTI DE TOLEDO - SP228976  
LUIZ FERNANDO SACHET E OUTRO(S) - SC018429  
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655  
ADALBERTO DA SILVA BRAGA NETO - SP227151  
GISELA CRISTINA FAGGION BARBIERI TORREZAN -  
SP279975  
THATHYANNY FABRÍCIA BERTACO PERIA - SP175199  
MARIELA MARTINS MORGADO PACHECO - SP289202  
JESSICA SANTOS GOMES DA SILVA - PE036671  
JENNIFER MICHELE DOS SANTOS - SP393311  
GIULIA RAFAELA CONTARINI - SP402122  
ALINE LEMES PEREIRA - SP382969  
FABRÍCIO SALEMA FAUSTINO - SP327976  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 517/518):

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TERRENO DE MARINHA TAXA DE OCUPAÇÃO. RECONHECIMENTO DO DOMÍNIO DA UNIÃO MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DEMARCATÓRIO. INTIMAÇÃO PESSOAL DOS INTERESSADOS IDENTIFICADOS. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. , VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.*

*1. Recurso interposto contra sentença que, em embargos à execução fiscal, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inexigibilidade da dívida relativa à taxa de ocupação, no período de 2009/2012, por considerar que houve violação ao contraditório e à ampla defesa em face da ausência de intimação pessoal do interessado no processo de demarcação*  
*2. O STJ já decidiu que a cobrança da taxa de ocupação de*

*terrenos da marinha deve ser antecedida de procedimento demarcatório com a notificação pessoal dos interessados, sempre que identificados e certos o domicílio dos interessados, nos termos do art. 11, do Decreto-Lei 9.760/46. Precedentes: AgRg no Ag 1.253.720/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12/3/2010; EDcl no AgRg no Resp 1.113.449/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 11/2/2010; REsp 1.111.242/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/6/2009; REsp 617.044/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 27/3/2006.*

*3. A redação do art. 11, conferida pela Lei nº 11.481/07, que havia consolidado a intimação por edital nos casos de processo demarcatório, foi, suspensa pelo STF, no julgamento da medida cautelar na ADI 4264, julgada pelo Tribunal Pleno, sob o fundamento de violação, às garantias do contraditório e da ampla defesa.*

*4. A exequente/embargada não logrou êxito em demonstrar que realizou a notificação pessoal do proprietário do imóvel objeto de procedimento demarcatório. Não há, no processo administrativo, cópia de aviso de recebimento, o que demonstra a ausência de tentativa de notificação postal prévia.*

*5. A Terceira Turma deste Tribunal tem decidido que "as normas relativas aos honorários fixam obrigação em favor, do advogado e; portanto,- implicam direito material. Considerando-se que na propositura da ação são demarcados os limites da causalidade e sucumbência, em atenção à segurança jurídica, as regras do CPC/2015, relativas aos honorários sucumbenciais, só devem incidir nos processos ajuizados após sua entrada em vigor. Em se cuidando de ação ajuizada na vigência do antigo CPC; devem ser observadas as regras nele encartadas". Precedente: (TRF5, 08011457920164058000, Des. Fed. Cid Marco.ni, 3ª Turma, Jul.: 10/02/2017). No caso, a ação foi proposta no ano de 2014 e a sentença proferida em março/2015 antes, portanto, da vigência das normas do CPC/2015.*

*6. Ante as peculiaridades do caso vertente e diante da simplicidade da demanda, é razoável a fixação da verba honorária em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), adequando-se, assim, aos critérios contidos nos parágrafos 3º e 4º do art. 20 do CPC/73.*

*7. Remessa oficial e apelações da Fazenda Nacional e do particular não providas.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 641/648).

Nas razões do apelo especial, aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 20, §§ 3º e 4º, e 125, do CPC/73.

Sustenta, em síntese, a necessidade de majoração da verba sucumbencial, que afirma ter sido fixada em patamar irrisório.

Contrarrazões às fls. 602/606.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O recurso não prospera.

Inicialmente, observa-se que o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque do art. 125, I, do CPC/73, apesar da oposição de embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo."*).

Ressalta-se que esta Corte firmou a compreensão de que *"a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei"* (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

No mesmo sentido, confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART.*

1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. **In casu**, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.

III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Honorários recursais. Cabimento.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1682293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples

*interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*

*3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)**

No mais, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em hipóteses excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas no caso dos presentes autos.

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a majoração dos honorários advocatícios pleiteada pela parte recorrente, sendo inafastável, portanto, a incidência da Súmula 7/STJ, que obsta, também, a análise do dissídio jurisprudencial invocado.

A propósito:

***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRAVAMENTO DE PORTA GIRATÓRIA. DETECTOR DE METAIS.***

**DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INVIABILIDADE. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. SÚMULA N. 7/STJ.**

*1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).*

*2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização e dos honorários advocatícios, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, a quantia arbitrada pelo Tribunal de origem não se distancia dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg no AREsp 274.220/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 4/6/2013).**

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. A revisão do valor dos honorários advocatícios arbitrado, é, em princípio, vedado nesta instância, à luz da Súmula 7/STJ. Como cediço, é admitida sua revisão por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso.*

*2. A tese jurídica veiculada nas razões do regimental não é capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado no decisum ora impugnado, que persevera, na íntegra, por seus próprios fundamentos.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 171.013/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/3/2013)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**